

## Garimpo invade cidade no Pará

**Mineração** Atividades clandestinas e legais convivem na rica Canaã dos Carajás

# Garimpo ilegal avança sobre a 'terra prometida'

Marina Falcão  
De Canaã dos Carajás, Pará

Com 75 mil habitantes, o município de Canaã dos Carajás, no Sudeste do Pará, faz jus ao nome bíblico da terra de riquezas prometida ao povo de Deus. A cidade experimenta um crescimento econômico sem precedentes, regado a royalties da mineração, desde 2016. No rastro da abundância, avança agora o garimpo clandestino de cobre e ouro.

A terra ao redor de uma mina irregular de exploração de cobre, na área rural do município, brilha como se alguém tivesse derramado purpura. Escondidos dentro da mata, cinco garimpeiros fizeram uma escavação com profundidade de 20 metros — que eles chamam de "caixa", de onde é extraído o mineral. Um deles aponta para um aglomerado de pedras de diferentes tamanhos e tons de metálicos de dourado e azul. "É diferente o teor, mas é tudo cobre".

Próxima à mina do Sossego, da Vale, a área está sob posse da mineradora — a propriedade é da União. De lá, se ouvem as explosões provocadas pela atividade da mineradora. Dá para sentir a terra tremer e ter uma vista única para uma montanha de rejeitos da operação da mineradora.

"Onde há cobre, há ouro" é provavelmente a máxima mais popular da mineração. Bem próximo às minas subterrâneas de cobre no entorno do Sossego, há uma lava de ouro, a céu aberto. "Aqui até no asfalto tem ouro", afirma um garimpeiro, garantindo que não está exagerando. A terra que a prefeitura coleta para fazer asfalto é rica em minerais, explica.

O cobre e o ouro clandestinos de Canaã dos Carajás são vendidos a "chineses", que escoram a produção pelos terminais portuários de Barcarena (PA). É lá que a Agência Na-

cional de Mineração (ANM) concentra ações de repressão com intuito de sufocar o financiamento da atividade vindo do exterior.

Apenas 30% do território paraense é de jurisdição estadual, o restante fica com o governo federal. Segundo o governo do Estado, houve um enfraquecimento dos órgãos ambientais durante a gestão de Jair Bolsonaro, em especial de fiscalização, o que justifica a expansão das lavras ilegais.

Em sobrevoo recente, uma liderança da política local identificou pelo menos 32 pontos de extração irregular de cobre e ouro no município. Os garimpeiros contam que "são avisados" quando carros da Polícia Federal vindo de Marabá (PA) passam por Parauabepas (PA), a 120 km da cidade. Quando isso ocorre, eles têm cerca de uma hora e 20 minutos para esconder as máquinas e sair do local.

A maioria volta à atividade no dia seguinte. Assustados, alguns abandonam definitivamente as minas, que logo são ocupadas por outros grupos.

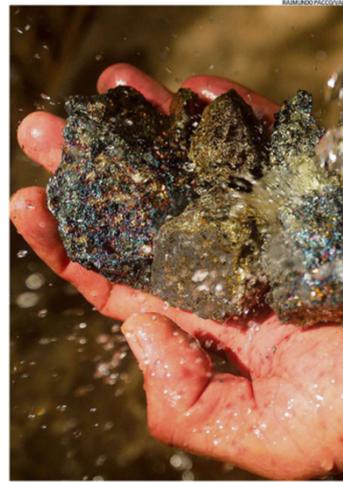
De 2022 para cá, a Polícia Federal fez quatro operações na região, sendo uma em Marabá, duas em Canaã dos Carajás e uma Curionópolis. Nesta última, ocorreu o sequestro de R\$ 161 milhões e o bloqueio de R\$ 200 milhões referentes ao valor de avaliação de uma fazenda. O proprietário foi preso preventivamente.

A PF diz que a extração ilegal de minério acarreta "seríssimos danos ambientais como a contaminação de solos e rios". Em alguns casos, afirma, a atividade ocorre em áreas de linhas de transmissão, gerando risco de desabastecimento energético.

Pesquisador da região vinculada à Unifesspa, Daniel Nogueira diz que há uma aparente "vista grossa" por parte das autoridades e, também da Vale, para evitar o



"Caixa" da acesso a mina em garimpo clandestino de cobre no subsolo



Material extraído de mina subterrânea: "onde tem cobre, tem ouro"

### Riqueza mineral

Evolução do PIB de Canaã (em milhões de R\$) e peso (%) no do Pará



Fonte: IBGE, Estimativa: Valor Data

destruição do enfrentamento. "A pessoa consegue ter acesso de carro a muitos desses garimpos. São pessoas com poder econômico que conseguem desembolsar R\$ 4 milhões ou R\$ 5 milhões em equipamentos", afirma Nogueira.

As áreas, projetos e operações da Vale em Canaã dos Carajás ocupam uma área de 414 km quadrado, o equivalente a 13% do território municipal. A companhia diz que as lavras ilegais atrapalham a atração de investimentos e a implantação de novos empreendimentos na região e que presta as informações que dispõe à Agência Nacional de Mineração (ANM).

Mesmo sob tensão diária de ser alvo de operação da PF, garimpeiros dizem que os riscos da atividade se pagam. Durante a fase de obras da abertura das caixas — que podem ultrapassar 50

metros de profundidade — eles recebem do dono da mina cerca de R\$ 5 mil mensais. Quando começa a produção, o salário fica entre R\$ 12 mil e R\$ 15 mil, conforme desempenho. "Os salários aí fora são muito ruins", afirma um garimpeiro. Com apenas o ensino fundamental, ele já chegou a receber R\$ 27 mil de remuneração mensal na lava.

Reunidos em uma cooperativa, 49 garimpeiros — que preferem ser chamados de pequenos mineradores — querem regularizar um dos modelos de extração. "No caso das minas subterrâneas de cobre, o impacto ambiental é mínimo, quase sem desmatamento. Quando acaba a extração, o local vira um poço de água natural", afirma Vado Casadei, tesoureiro da cooperativa.

Os garimpeiros defendem que

é injusto que toda exploração mineral fique sob monopólio da Vale e outras grandes empresas.

Segundo Casadei, não dá para colocar toda a atividade de garimpo no mesmo pacote de regras. Ele, por exemplo, não defende o garimpo a céu aberto de ouro, por conta de elevados impactos ambientais, mas o garimpo de cobre no subsolo legalizado seria um importante gerador de renda e emprego, defende. "Há dono de terra aqui morando em cima de milhões, alguns passando necessidade, porque não podem explorar", afirmou. Ele destaca ainda que Canaã não é território indígena.

A cooperativa de pequenos mineradores vinha dialogando com o governo Bolsonaro para sair da clandestinidade. Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência, o debate voltou à estaca zero.

No fim do ano passado, Casadei decidiu se afastar da presidência da cooperativa depois de ter sido ameaçado de morte e ter presenciado uma operação da Polícia Federal. "Não vim para cá para matar ou morrer", diz ele, que é natural do Paraná. O comando da cooperativa ficou com Gladston de Paiva, ex-diretor da empresa de saneamento do município.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 7